

O CONCEITO DE COPARENTALIDADE E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A PESQUISA E PARA A CLÍNICA

THE CONCEPT OF CO-PARENTING: IMPLICATION FOR RESEARCH AND CLINICAL PRACTICE

Giana Bitencourt Frizzo[#]

Carla Meira Kreutz^{##}

Carlo Schmidt^{*}

Cesar Augusto Piccinini^{**}

Cleonice Bosa^{***}

Frizzo GB, Kreutz CM, Schmidt C, Piccinini CA, Bosa C. O conceito de coparentalidade e suas implicações para a pesquisa e para a clínica. *Rev Bras Cresc Desenv Hum* 2005; 15(3):84-94.

Resumo: Este estudo tem por objetivo revisar o conceito de coparentalidade e suas implicações para a pesquisa e para a clínica. Para isso, examinou-se a origem e a evolução do conceito e sua relevância para o contexto atual. O uso deste conceito nas pesquisas tem sido ampliado, passando de uma ênfase nas díades mãe-criança para uma concepção que envolve a tríade mãe-pai-criança. Esta evolução no conceito de coparentalidade tem implicações para a clínica, tanto com famílias de pais casados como divorciados. Verificou-se também uma carência de instrumentos nessa área, cuja elaboração merece ser enfocada em futuros estudos.

Palavras-chave: Coparentalidade. Sistema familiar. Relacionamento conjugal

A coparentalidade (*coparenting*) tem sido definida na literatura como um conceito que se refere à extensão na qual o pai e a mãe dividem a liderança e se apóiam nos seus papéis de “chefes” da família, ou seja, nos papéis parentais¹. Este conceito envolve tanto dimensões de cooperação como de antagonismo e as interações do grupo familiar oferecem oportunidade de observar se os pais apóiam ou se opõem à

intervenção do outro componente do sistema parental para com a criança. Feinberg² complementa que uma relação coparental não inclui os aspectos legais, românticos, sexuais, emocionais ou financeiros dos relacionamentos adultos que não estão relacionados aos cuidados sobre a criança. Além do mais, o termo coparentalidade não implica que os papéis parentais devam ser equivalentes em autoridade e res-

[#] Psicóloga, Doutoranda em Psicologia do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Endereço para correspondência: Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rua Ramiro Barcelos, 2600/111, CEP 90035-006 ou e-mail gifrizzo@terra.com.br

^{##} Psicóloga (PUCRS), Professora da graduação em Psicologia da Universidade Luterana do Brasil, Professora do Curso de especialização em Transtornos do Desenvolvimento da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

^{*} Psicólogo, Professor do Curso de especialização em Transtornos do Desenvolvimento da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

^{**} Doutor pela University College London (Inglaterra), Pesquisador do CNPq e Professor do Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

^{***} Doutora pelo Institute of Psychiatry, University of London, (Inglaterra) e Professora do Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

ponsabilidade. O grau de equivalência na relação coparental é determinado em cada caso pelos participantes, os quais são influenciados amplamente pelo contexto cultural e social.

Alguns autores^{1,3} chegam a considerar que o conceito de coparentalidade poderia ser aplicado a qualquer situação na qual dois adultos compartilham a parentalidade em relação a uma criança. Um exemplo disso seria mãe e avó, as quais muito comumente dividem as funções parentais entre si. Além desse uso, o termo coparentalidade tem sido muito utilizado em situações de pós-divórcio para designar a relação que se estabelece entre os ex-cônjuges, com relação à educação da criança. No entanto, para o presente artigo, se estará considerando a coparentalidade em famílias nucleares⁺, a saber, em um contexto onde o pai e a mãe estão presentes, casados ou morando juntos, compartilhando a parentalidade. Nesse sentido, o presente estudo pretende revisar o conceito de coparentalidade em famílias nucleares, bem como suas implicações para a pesquisa e para a prática clínica.

A origem do termo coparentalidade (*coparenting*) não está clara na literatura. Foram realizadas diversas buscas em algumas bases de dados internacionais utilizando-se o descritor *coparent**, desde o início de indexação de cada um. Na base de dados ERIC, o termo aparece pela primeira vez em 1978, em um livro de Galper⁴: “*Coparenting: sharing your child equally. A source book for the separated or divorced family*”. No *Sociological Abstracts* a primeira vez que o termo aparece é em 1984, em um artigo de Koch e Lowery⁵ intitulado “*Visitation and the Noncustodial Father*”. Examinando a base de dados PsycINFO, o termo coparentalidade aparece pela primeira vez em 1981, em um artigo de Ahrons⁶ intitulado

“*The continuing coparental relationship between divorced spouses*”. Já no IndexPsi, que cobre a literatura nacional o termo não foi encontrado.

Pode-se observar que o uso do termo coparentalidade parece ser bastante recente, pois a primeira referência apareceu há menos de 30 anos na literatura revisada. Além disso, ele parece ter surgido no contexto de famílias divorciadas, possivelmente porque quando os pais se separam, a relação coparental é a única “arena” em que os pais continuam a se relacionar^{1,3,7}. Na verdade, segundo Margolin et al.³, somente mais tarde, a coparentalidade começou a ser investigada nessa configuração familiar quando alguns autores como Belsky et al.⁸ e McHale¹ passaram a utilizar este conceito de para famílias nucleares. Deve-se salientar que estudar a coparentalidade em famílias nucleares é relevante, especialmente porque, em caso de divórcio, a relação que se construirá no pós-divórcio estará baseada na qualidade do relacionamento estabelecido, enquanto o casal ainda estava junto⁹.

Mas o que vem sendo pesquisado nos estudos sobre coparentalidade? Numa busca no PsycInfo entre os anos 1996 a 2004, o conceito de coparentalidade aparece tanto em artigos empíricos (35,6%), capítulos de livros (30%) como teses de doutorado (22%). Este termo muitas vezes está sendo associado ao conceito de parentalidade (38% dos estudos); à conjugalidade (20%) e ao divórcio e disputa de guarda (37%). Cada um desses termos reflete diferentes aspectos relacionados a coparentalidade e, por isso, serão discutidos a seguir:

Inicialmente, é importante conceituar alguns termos da teoria sistêmica para que se possa diferenciar o conceito de sistema conju-

⁺ Ainda não há consenso na literatura sobre qual termo utilizar para designar famílias compostas por pai, mãe e filhos em um primeiro casamento. Alguns artigos utilizam o termo famílias intactas, mas considerou-se mais adequado o termo *família nuclear* para designar tais famílias no presente estudo.

gal, parentalidade e coparentalidade. De acordo com Minuchin¹⁰, o sistema familiar diferencia e realiza suas funções através de subsistemas. Os indivíduos são subsistemas dentro da família, assim como as díades mãe-pai, pai-filho, etc. Cada um pertence a diferentes subsistemas, nos quais tem diferentes níveis de poder e onde aprende habilidades diferenciadas. As pessoas ingressam em diferentes relações em cada subsistema e se acomodam caleidoscopicamente a fim de atingir a mutualidade, a qual torna possível a relação humana.

Ainda segundo Minuchin¹⁰, o subsistema conjugal se forma quando dois adultos se unem com o propósito de formar família. As habilidades principais para a implementação de suas tarefas são complementaridade e acomodação mútua. Isso significa que o casal deve desenvolver padrões em que cada cônjuge apóia o outro em diferentes áreas. Além disso, o casal precisa aprender a lidar com o conflito a fim de desenvolver padrões viáveis para expressá-los e resolvê-los¹¹. Para Walsh¹², a diferença entre os casais não está na presença ou ausência de problemas, mas na maneira como os resolvem. Parece que casais bem sucedidos conseguem manter uma relação de complementaridade diante das obrigações e, ao mesmo tempo, um sentimento de igualdade e liderança compartilhadas. Para Walsh¹², as famílias disfuncionais são caracterizadas por um desequilíbrio de poder no casal. Quanto maior a dominância e autoridade de um sobre o outro, maior a disfuncionalidade e insatisfação no casamento. Qualquer que seja o acordo, o que é realmente necessário é um sentimento de reciprocidade a longo prazo, de modo que os parceiros estejam convencidos de que cada um toma para si algumas responsabilidades e que as respectivas contribuições têm valor e fazem parte de um equilíbrio que dura através do tempo. Um desequilíbrio persistente de poder pode acabar levando à insatisfação e desgaste na relação conjugal.

Uma das funções do subsistema conjugal é conseguir uma fronteira que o proteja das exigências e necessidades dos demais subsistemas, especialmente quando o casal tem filhos¹⁰. Essa fronteira precisa permitir o acesso da criança aos pais, mas excluí-la das questões conjugais. De acordo com Minuchin e Fishman¹¹, o subsistema conjugal é vital para o crescimento dos filhos, pois ajudará a constituir seu modelo para relações íntimas. É nesse subsistema que a criança aprende meios de expressar afeto, de como se relacionar com um parceiro em dificuldades e de como lidar com conflitos entre iguais. Quando ocorrem disfunções no subsistema conjugal, o impacto pode se dar em toda a família.

A maior diferença entre o conceito de coparentalidade e o de relacionamento conjugal é que o primeiro está associado e é motivado pela preocupação com o bem-estar da criança, enquanto que o relacionamento conjugal refere-se à intensa preocupação com o parceiro, por si e pela relação conjugal³. Essencialmente, a coparentalidade envolve apoio e comprometimento mútuo no exercício da parentalidade. É através desta relação que os pais podem negociar seus papéis, responsabilidades e contribuições para a criança³. A dinâmica conjugal, ainda que certamente influenciada por aspectos da parentalidade, normalmente tem sua origem anterior ao nascimento da criança e forma uma esfera separada de interação. Além disso, a relação coparental segue seu próprio trajecto desenvolvimental, representando os laços dos cônjuges enquanto pais, um laço que persiste mesmo que o casamento se desfaga⁷.

O nascimento do primeiro filho inicia uma nova etapa no ciclo de vida familiar, quando surge o subsistema parental. Assim, nesse momento, o subsistema parental deve se diferenciar para desempenhar a tarefa de socialização da criança, sem perder o apoio mútuo que deveria caracterizar o sistema conjugal¹⁰. As principais funções do subsistema parental são a

educação e socialização dos filhos¹¹. À medida que a criança cresce, suas exigências de desenvolvimento, de autonomia e de orientação, impõem demandas ao subsistema parental, que deve ser modificado para atendê-las. Inicialmente predominam as funções de nutrição para posteriormente aparecerem às funções de controle e orientação.

Assim, a parentalidade parece ser um processo de acomodação mútua entre pais e filhos, quando se deve buscar um equilíbrio entre o controle por parte dos pais e a autonomia dos filhos¹⁰. Mas a parentalidade sempre vai requerer o uso de autoridade. O funcionamento familiar eficiente necessita que pais e filhos aceitem o uso diferenciado de autoridade pelo subsistema parental¹⁰. No subsistema parental, a criança pode aprender o que esperar de pessoas que têm mais recursos e força, aprender a lidar com conflito e negociação, que estarão presentes nos diferentes ambientes que a criança, e posteriormente o adulto, se defrontarão ao longo de suas vidas.

A coparentalidade é possivelmente um fator interveniente entre o relacionamento conjugal e a parentalidade, porque a colaboração entre o casal pode influenciar tanto a maneira como os pais interagem com suas crianças como o estresse frente às exigências em seus papéis parentais³. Além disso, a coparentalidade é um mecanismo que evidencia o quanto as relações conjugais afetam as relações entre pais e filhos. Haveria um efeito indireto: o conflito conjugal afetaria a parentalidade e, conseqüentemente, a interação com a criança³.

Assim, de acordo com Schoppe et al.⁷, a qualidade da coparentalidade na família parece ser mais importante para o funcionamento da criança do que a relação conjugal apenas. Além disso, ao se considerar num mesmo estudo tanto a coparentalidade quanto outros processos familiares, adiciona-se uma compreensão mais complexa do sistema familiar e do ajustamento socioemocional das crianças.

No entanto, perspectivas clínicas e teóricas sugerem que parece existir a possibilidade de diferenciação entre o relacionamento conjugal e a coparentalidade, pois alguns casais em conflito, motivados pelo desejo de proteger a criança de repetidas exposições ao conflito entre os pais, colaboram nas tarefas com a criança, apesar dos sentimentos intensos de desdém, ressentimento e hostilidade de um com o outro³. Deste modo, a análise em separado destes dois conceitos é relevante para se entender o impacto do conflito conjugal na parentalidade.

É importante também se fazer uma discriminação entre conflito coparental e conflito conjugal³. O conflito coparental engloba divergências sobre a criança, especialmente quanto à sua educação. Já o conflito conjugal não captura as idéias contidas naquele conceito, ainda que seja presenciado pela criança, pois o seu conteúdo refere-se ao relacionamento conjugal e não parental. Além disso, para estes autores, embora a relação coparental se reflita em processos diádicos entre os pais, a coparentalidade também pode aparecer na maneira pela qual os pais falam um do outro para a criança. Apesar de dizer respeito à execução do papel parental próprio e ao apoio ou prejuízo do papel parental do companheiro, a coparentalidade, segundo Margolin et al.³, pode ocorrer quando ambos os pais estão com a criança ou quando sozinhos com o filho, mas se referindo ao outro componente do sistema. Quando exercida na tríade pai-mãe-criança, é denominada de coparentalidade explícita (*overt coparenting*). Exemplo disso é quando um dos parceiros fala sobre o outro junto à criança. De forma oposta, quando ocorre em um momento em que um dos pais está sozinho com a criança, é denominada de coparentalidade velada (*covert coparenting*). Um exemplo seria quando o parceiro faz algum tipo de comentário sobre o companheiro, quando está somente com o filho¹³.

A coparentalidade também se diferenciaria do conceito de boa parentalidade³. O bom

funcionamento da relação coparental engloba as tarefas da parentalidade, mas também provê à criança sentimentos de solidariedade e objetivos comuns. Além disso, o pai/mãe pode ser excelente no manejo com a criança e ser muito responsivo, mas ainda assim pode denegrir o parceiro perante a criança, nesses processos de coparentalidade velada, possivelmente indicando conflito na relação coparental.

Com base numa extensa revisão de estudos, Feinberg² apresenta um modelo que se propõe a integrar os principais componentes da relação coparental. O modelo apresenta a coparentalidade associada a quatro principais componentes, a saber: a) concordância ou discordância quanto a aspectos relativos aos cuidados e educação da criança; b) divisão de trabalho relacionado à criança; c) apoio (ou falta de) ao papel coparental; e d) manejo conjunto das interações familiares. A concordância quanto aos cuidados da criança refere-se ao grau em que as figuras parentais concordam em uma série de tópicos relacionados à criança, incluindo valores morais, disciplina e expectativas de comportamento, necessidades emocionais da criança, padrões e prioridades educativas, segurança e relação com pares. Este componente é visto por Feinberg como uma dimensão única em que concordância e discordância ocupam posições opostas em uma escala bipolar. O fato de haver discordância quanto aos cuidados da criança não conduz necessariamente a resultados familiares negativos. Casais que “concordam em discordarem” podem negociar suas discordâncias, concordando em manter bons níveis de apoio coparental. Porém, quando a discordância é crônica ou aguda, pode ocorrer o enfraquecimento ou o desmantelamento da unidade coparental, expressa através de estratégias de cuidados descoordenadas, críticas, falta de apoio mútuo e conflito interparental hostil.

Quanto ao segundo componente do modelo de Feinberg², a divisão de trabalho, se refere à divisão das tarefas e responsabilidades

da rotina diária que envolve atribuições domésticas e os cuidados financeiros, médicos e legais para com a criança. A questão central para este domínio seria a satisfação, ou seja, o quanto os pais estão satisfeitos tanto com o processo de negociação das responsabilidades e com a divisão do trabalho. A satisfação é o resultado de quanto a divisão do trabalho atende às expectativas e crenças parentais acerca das contribuições de cada um para os cuidados da criança. Um aspecto potencialmente importante de como os pais gerenciam a divisão de trabalho é o grau de flexibilidade ou rigidez empregadas. Enquanto alguns casais determinam regras sobre o que é para ser feito, outros, de modo mais flexível, decidem ajustar as regras à medida que as situações surgem. Para Barnes e Olson¹⁴, de modo geral, uma estrutura equilibrada e adaptação flexível do funcionamento familiar tende a facilitar o processo.

Já o apoio ao papel coparental, terceiro componente do modelo de Feinberg², refere-se a quanto cada elemento do casal se apóia mutuamente. Compreende a confirmação da competência parental do parceiro, reconhecimento e respeito às suas contribuições e a sustentação das decisões e autoridade do outro. A contrapartida negativa do apoio coparental é expressa pela depreciação do parceiro através de críticas, enfraquecimento ou culpa. Esta dimensão torna-se clara em alguns casais que fazem uso da competitividade em que o ganho por autoridade ou afeto da criança implica em perda para o outro. Conforme Feinberg, a literatura não esclarece quanto o grau de apoio versus depreciação pode ser conceituado ou medido como pólos opostos de um mesmo continuum ou como construtos independentes, embora relacionados. Porém considera-se esta dimensão como uma forma particular de apoio social que, como tal, exerce efeitos positivos importantes sobre a família.

O último componente do modelo de Feinberg, o manejo conjunto das interações familia-

res, é visto como um importante subsistema executivo de responsabilidade dos pais, que pode se estender em, pelo menos, três direções. Primeiro, os pais são responsáveis pelo controle de seu comportamento e comunicação com os outros. Alguns comportamentos interparentais (ex.: hostilidade, violência) afetam a parentalidade e seus filhos. Em segundo lugar, os comportamentos e atitudes dos pais estabelecem fronteiras na relação, engajando ou excluindo outros membros da família da relação interparental. Por exemplo, no contexto da hostilidade parental, os pais podem utilizar a criança para atacarem um ao outro, levando-a a se sentir na “linha de fogo”. Por fim, mesmo na ausência de conflito ou de outras interações problemáticas, os pais variam na forma com que contribuem de maneira balanceada para as interações familiares. Assim, os pais podem negociar um equilíbrio em termos de seu envolvimento nas relações triádicas ou nas mais amplas, quando um pode assumir a liderança, enquanto o outro se retrai.

Importância do conceito de coparentalidade para a pesquisa e clínica

O termo coparentalidade tem importância conceitual ao ampliar a compreensão a respeito das interações familiares. Como destacado por Andolfi¹⁵, estudos mais tradicionais enfocavam as interações da díade mãe-criança considerando esta como representativa de todo o sistema familiar. Essa concepção reducionista desconsiderava o sistema familiar de forma mais ampla¹⁶. Já no contexto atual das sociedades ocidentais, no qual o envolvimento paterno vem cada vez mais sendo valorizado, compreender como a coparentalidade afeta o desenvolvimento humano tornou-se de grande importância, seja para fins teóricos como para intervenções.

Um princípio da teoria sistêmica, segundo Minuchin¹⁶, é que qualquer sistema é organizado como um todo e os elementos dentro do sistema são inerentemente interdependentes.

Então, se o indivíduo é parte de um sistema familiar organizado, ele nunca é verdadeiramente independente e só pode ser entendido no contexto familiar. Assim, de acordo com Gable et al.¹⁷, como a coparentalidade é uma dimensão característica do subsistema parental, ou seja, refere-se aos pais em relação a seus filhos, não pode ser considerada como um conceito diádico. Em suma, a coparentalidade é um conceito pelo menos triádico, pois necessariamente inclui pelo menos uma criança⁷.

Com a passagem para uma visão mais complexa das relações interpessoais, o modelo tradicional diádico de se estudar as interações mãe-bebê ou pai-bebê não tem sido visto como adequado, pois não abarca o vasto sistema no qual uma relação entre duas pessoas se desenvolve¹⁵. O modelo diádico separa em pequenas partes todo o sistema, perdendo o sentido total da relação, a complexidade interacional do sistema e entendendo-o como mera soma das partes que compõem as díades. Esta soma não explica a estrutura da relação existente no sistema, dos significados compartilhados que regulam as relações e de como esses significados se influenciam mutuamente. Com os estudos das famílias, a unidade de observação deixa de ser somente a pessoa e passa a ser o conjunto de relações no qual a pessoa está envolvida. Dessa forma, é dentro desse contexto que surgem os estudos sobre coparentalidade.

Assim como a relação conjugal é diferenciada da coparentalidade, esta também vai além das relações diádicas pai-criança e mãe-criança. Há evidências de que a coparentalidade tem uma contribuição independente para o ajustamento da criança, para além da influência da parentalidade⁷.

A coparentalidade tem sido investigada de diferentes formas. Uma delas é através do relato dos pais avaliando os comportamentos coparentais através de uma escala (ex. *Coparenting Scale*, McHale, 1997 in¹⁸). O instrumento inclui quatro diferentes fatores, quais se-

jam, integração familiar, difamação, conflito e repreensão¹⁸. O primeiro fator Integração Familiar diz respeito aos comportamentos dos pais que buscam incluir o parceiro na interação quando ele está presente, como ao dizer, por exemplo, “*Mostra para a mamãe*” ou “*Convida o papai para jogar com a gente*”. Esse fator também pode ocorrer na ausência do parceiro como, por exemplo, quando um pai diz “*A mamãe ficou feliz de ver que tu conseguiste*” ou quando a mãe diz “*O pai te adora*”. Estas manifestações têm o intuito de transmitir para a criança uma idéia da família como um todo, como uma unidade familiar tanto quando estão em atividades conjuntas como quando estão em interação somente com a criança.

Difamação é o segundo fator da referida escala sobre coparentalidade e diz respeito ao quanto o parceiro denigre a imagem do companheiro frente à criança. Na difamação, a tentativa é de diminuir a autoridade ou credibilidade do parceiro, como por exemplo, quando um pai diz “*Tua mãe está sempre atrapalhando nossa brincadeira*” ou quando uma mãe diz “*Ele não deixou tu fazeres isso? Mas a mãe deixa*”. A difamação pode ocorrer no contexto explícito ou velado, sendo que, no primeiro, aparece geralmente na forma de denegrir esforços educativos do parceiro e, no segundo, aparece em comentários negativos a respeito do parceiro coparental.

O terceiro fator, Conflito, pode ocorrer somente no contexto explícito, pois diz respeito ao quanto o pai e a mãe disputam entre si, na frente da criança. Já o quarto e último fator, Repreensão, se refere ao quanto o pai ou a mãe busca estabelecer os limites, seja disciplinando a criança, pedindo ao parceiro para impor os limites, colocando-se em segundo plano no momento que o companheiro está disciplinando ou impondo os limites em nome da unidade familiar (ex. “*O papai e a mamãe querem que você coma para ficar forte*”).

Outra forma que tem sido usada para in-

vestigar a coparentalidade é a observação de comportamentos parentais, coparentais e familiares. Para tanto, McHale et al.¹⁸ desenvolveram um sistema de medida da Família e da Coparentalidade (Coparenting and Family Rating System – CFRS) a partir do qual destacam cinco categorias de observação que são analisadas pelos autores.

A primeira refere-se à *afetividade*, a qual captura a consideração positiva dos pais e o afeto para com a criança (ex. tom de voz e expressão facial). A segunda seria a *provisão de estrutura*, a qual mede a extensão na qual os pais organizam as tarefas para as crianças, provêm instruções claras e quanto auxiliam a criança a entender uma tarefa. A *colocação de limites* é a terceira categoria, a qual é medida pela extensão com que os pais previnem que a criança fuja da tarefa que lhe foi designada, mantendo-a engajada na atividade autorizada pelos pais. A quarta categoria é a *sensibilidade*, a qual é medida pela adequação da intervenção dos pais em termos de tempo e qualidade de resposta. Por último, a categoria *investimento* também é medida pela “presença” psicológica e engajamento dos pais nas atividades da sessão de brincadeira.

Já Margolin et al.³ investigaram a coparentalidade através da percepção parental de um cônjuge sobre o outro em relatos sobre três dimensões: *conflito*, *triangulação* e *cooperação*. A primeira se refere ao quanto os pais discordam, concordam, boicotam ou são hostis um com o outro. A *triangulação* diz respeito a uma quebra das fronteiras na relação pais-filhos, que objetiva boicotar ou excluir o outro progenitor do relacionamento. Esse processo insere a criança no conflito parental, sendo pressionada por ambos os pais. Por fim, os autores referem-se à *cooperação* que diz respeito a quanto os pais valorizam e apóiam um ao outro.

Alguns estudos têm se destacado por investigar as implicações para a família e criança dos diferentes tipos de relacionamento familiar

e, em particular, a respeito da coparentalidade. Por exemplo, no artigo de Belsky e Hsieh¹⁹ sobre a transição para parentalidade, foram distinguidos os diferentes desfechos para casais após o nascimento do primeiro filho, influenciados pela qualidade da coparentalidade. Os resultados indicam que há desde relacionamentos que mantiveram a estabilidade até relacionamentos que apresentaram um forte declínio na satisfação conjugal. Segundo esses autores, a qualidade da coparentalidade pode afetar a satisfação conjugal, especialmente nos casais onde o relacionamento era bom inicialmente, mas se deteriorou após o nascimento do filho. Nestas famílias foram encontrados mais relatos de falta de apoio na coparentalidade em comparação com casais que mantiveram a satisfação conjugal, após o nascimento do filho.

A coparentalidade exercida de maneira positiva pode influenciar diretamente o engajamento pais-criança, enquanto que uma coparentalidade negativa pode ter efeito indireto no engajamento ou mesmo no desengajamento da relação pais-criança²⁰. Esse mesmo ponto de vista foi corroborado por Retting et al.²¹. A comunicação cooperativa durante situações de conflito e durante a coparentalidade se revelou um importante preditor de satisfação de vida e de família entre pais (homens) três anos após o divórcio. Já para Madden-Derdich et al.²², a dificuldade de estabelecer fronteiras que claramente definam o ex-cônjuge como parceiro parental (*coparent*), mas não como esposo, é uma das maiores fontes de conflito pós-divórcio.

Alguns autores observaram associações entre pouco apoio e mutualidade na relação coparental com relações problemáticas de seus filhos de quatro anos, em suas interações com crianças da mesma idade²³. Esse estudo sugere que os filhos parecem aprender com seus pais como se relacionar com outras pessoas e como lidar com situações de conflito e negociação, conforme já preconizado por Minuchin¹⁰ ao se referir sobre as funções do subsistema parental

para os filhos.

Alguns autores sugerem que pode haver diferenças na forma como pais e mães percebem a relação coparental. No estudo de Van-Egeren²⁴ sobre a coparentalidade e a transição para parentalidade, foram encontradas evidências para a especificidade da aliança coparental e sobre o tipo de associação entre a coparentalidade e a relação conjugal. Ao longo do estudo, os pais estavam mais satisfeitos com a aliança parental do que as mães. Assim, parece haver diferenças na forma como mães e pais percebem a relação parental, especialmente quanto ao papel da relação conjugal na organização da coparentalidade. As mães parecem separar melhor esses dois aspectos, enquanto que os pais tendem a experienciar uma qualidade mais global da relação, que incluiria as interações conjugais, familiares e pais-criança. Corroborando este achado, a revisão da literatura realizada por Coiro e Emery⁹ revelou que os pais tendem a ter um padrão geral de relacionamento, que se aplica tanto ao relacionamento com sua esposa, como com suas crianças. Assim, de acordo com Van-Egeren²⁴, uma possível contribuição destes achados para a clínica seja encontrar uma linguagem comum entre mães e pais a fim de expandir as definições da parceria parental.

Outro aspecto examinado por alguns estudos refere-se ao quanto o conflito conjugal tende a afetar diferentemente o relacionamento pai-criança do relacionamento mãe-criança⁹. Embora as evidências sejam controversas, os autores encontraram que a qualidade do relacionamento pai-criança foi mais afetada do que a da mãe-criança nas situações de conflito conjugal. De qualquer forma, parece haver um consenso quanto a um possível efeito de contaminação dos problemas conjugais para a parentalidade. Além disso, nas famílias divorciadas, parece haver uma nítida diminuição do envolvimento pai-criança em comparação ao envolvimento da mãe com suas crianças.

Este efeito de contaminação das interações conjugais sobre as demais interações familiares foi também investigado por Kitzmann²⁵. Segundo a autora, as interações em um subsistema parecem influenciar as interações subsequentes com outros subsistemas. Como pode ser visto no estudo, a qualidade da interação triádica pai-mãe-criança variava se antes o casal havia sido orientado a falar sobre um assunto conflitivo ou agradável. Além disso, as interações conflitivas tiveram maior efeito sobre a parentagem dos pais do que sobre a das mães. Os pais tiveram interações com menos apoio e engajamento com seus filhos depois dessas interações conflitivas. Já quando o casal era orientado a conversar sobre algum assunto agradável, a interação triádica seguinte era caracterizada por maior coesão e demonstração de afeto. No conjunto, esses dados apóiam a existência de um efeito de contaminação entre os diferentes níveis de interação familiar. No entanto, pode-se pensar que esse é um resultado esperado, já que a teoria estrutural sistêmica preconiza que os indivíduos são interdependentes, e contribuem como parte de um sistema que controla o seu próprio comportamento¹⁶. Ainda, segundo Minuchin¹⁰, o indivíduo pode responder ao estresse em outras partes do sistema, possivelmente afetando os outros membros que o compõe.

Em suma, os estudos revisados apontam para a complexidade da coparentalidade, que possui diversos aspectos que são passíveis de influenciar e serem influenciados pela transição para parentalidade e pelo relacionamento conjugal. Além disso, parece haver diferenças na parentalidade dos pais e mães, que deveriam ser consideradas a fim de melhor estabelecer uma boa relação coparental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, o estudo da coparentali-

dade significa um avanço em termos teóricos e apresenta potencial para aplicações na clínica. Na verdade, este conceito envolve vários aspectos de outros conceitos que tradicionalmente vêm sendo investigados, tais como maternidade, paternidade, parentalidade, envolvimento paterno e relacionamento conjugal^{2,7,17}. Além disso, o estudo da coparentalidade traz um avanço na compreensão da família ao destacar a relevância das relações mais harmônicas (ex.: apoio mútuo, engajamento com seus filhos) e seus efeitos no desenvolvimento da criança (ex.: maior integração familiar, demonstração de afeto). Obviamente, é ainda um conceito relativo às sociedades ocidentais, nas quais o pai assume um papel diferenciado na família, enquanto que em outras comunidades o pai nem sempre tem essa posição.

Assim, o estudo da coparentalidade oferece uma importante contribuição à pesquisa e à clínica ao deslocar o foco das interações diádicas para as triádicas, ou outras mais amplas, envolvendo mais de um filho, enfatizando a questão de que qualquer mudança em um dos componentes pode afetar o sistema como um todo¹⁶. Além disto, considerar, no mínimo, a tríade pai-mãe-criança como unidade de análise permite um melhor dimensionamento da participação do pai nos cuidados com a criança, contexto até há pouco tempo desconsiderado por grande parte da literatura sobre desenvolvimento infantil e familiar.

Além disso, segundo Coiro e Emery⁹, como foi visto acima a coparentalidade e a satisfação conjugal se constituem em importante aspectos para intervenções que visam melhorar ou mesmo manter o envolvimento do pai com suas crianças. Segundo os autores revisados, o relacionamento conjugal e a parentalidade parecem estar muito ligados, com influência recíproca entre os pais e seus filhos. Assim, ao se trabalhar com famílias nucleares e mesmo divorciadas, seria importante focar também a relação coparental a fim de que se

melhore também a relação mãe-criança e pai-criança.

Os estudos revisados evidenciam a tendência de considerar a tríade, ao invés da díade, pois a maioria envolve a participação tanto da mãe quanto do pai. Os dados têm sido investigados através de observações, entrevistas e também questionários. No entanto, têm-se utilizado mais entrevistas do que observações ou questionários. Além disso, as entrevistas não apresentam um roteiro padronizado, assim como as análises das observações não apresentam categorias análogas já reconhecidas pela maioria dos pesquisadores. Exemplo disso é o fato de McHale et al.¹⁸ considerarem a coparentalidade como composta por antagonismo, afetividade, cooperação, centralização na criança ou

no adulto, equilíbrio do envolvimento parental positivo e manejo do comportamento da criança, enquanto Margolin et al.³ investigam esse conceito a partir das dimensões de conflito, triangulação e cooperação.

Essa incongruência parece indicar uma carência de instrumentos nessa área, que deve ser suprida em futuros estudos, pois o construto coparentalidade pode estar sendo medido de forma inconsistente. Em última instância, isso pode afetar a fidedignidade dos resultados, dificultando o consenso entre os pesquisadores. Enfim, dada a relevância desse conceito, é importante que novos estudos sobre a coparentalidade sejam realizados, buscando ampliar as evidências e contribuir para a pesquisa e prática com famílias.

Abstract: The aim of this study was to review the concept of co-parenting and its implication for research and clinical practice. For this purpose, the historical origin of this concept and its relevance for the current context are examined to allow an evolution of the concept. The results show a trend that move away from the mother-child dyadic concept towards a concept involving the mother-father-child triad. These studies have implications for clinical practice because they offer new possibilities of working with co-parenting (both married or divorced parents), as a focus. A lack of instruments in this area was noted; an issue that should be highlighted in future studies.

Keywords: Co-parenting. Family system. Marital relationship.

REFERÊNCIAS

1. McHale JP. Coparenting and triadic interactions during infancy: the roles of marital distress and child gender. *Developmental Psychology* 1995;31(6): 985-96.
2. Feinberg M. The internal structure and ecological context of coparenting: A framework for research and intervention. *Parenting: Science and Practice* 2003;3: 95-131.
3. Margolin G, Godis EB, John RS. Coparenting: a link between marital conflict and parenting in two-parent families. *Journal of Family Psychology* 2001; 15(1), 3-21.
4. Galper M. Coparenting: sharing your child equally. A source book for the separated or divorced family. ERIC1978. Available from http://cal.csa.com.w20048.dotlib.com.br/ids70/view_record.php?id.
5. Koch MA, Lowery CR. Visitation and the non-custodial father. *Journal of Divorce* 1984;2: 47-65.
6. Ahrons GR. The continuing coparental relationship between divorced spouses. *American Journal of Orthopsychiatry* 1981; 51(30):415-28.
7. Schoppe S, Mangelsdorf SC, Frosch CA. Coparenting, family process and family structure: implications for preschoolers' externalizing behavior problems. *Journal of Family Psychology* 2001;15(3): 526-45.
8. Belsky J, Crnic K, Gable S. The determinants of coparenting in families with toddler boys: spousal differences and daily hassles. *Child Development* 1995; 66: 629-42.
9. Coiro MJ, Emery RE. Do marriage problems affect fathering more than mothering? A quantitative

- and qualitative review. *Clinical Child and Family Psychology Review* 1998; 1: 23-40.
10. Minuchin S. *Famílias: funcionamento e tratamento*. (JA Cunha, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas; 1982. (Original publicado em 1974).
 11. Minuchin S, Fishman HC. *Famílias. em: técnicas de terapia familiar*. (Kinsch e Maia, Trad.). (pp.21-36). Porto Alegre: Artes Médicas; 1990.
 12. Walsh F. Casais saudáveis e casais disfuncionais: qual a diferença?. In: Andolfi M. (organizador). *A crise do casal- uma perspectiva sistêmico-relacional* (L.Kahl & G, Menegoz, Trad.). (pp.13-28). Porto Alegre: Artmed; 2002.
 13. McHale JP. (1997). Overt and covert coparenting processes in the family. *Family Process* 1997; 36: 183-201.
 14. Barnes HL, Olson DH. Parent-adolescent communication and the circumplex model. *Child Development* 1985; 55: 438-47.
 15. Andolfi M. O triângulo como unidade mínima de observação. A linguagem do encontro terapêutico. (pp.30-47). Porto Alegre: Artes Médicas; 1996.
 16. Minuchin P. Families and individual development: provocations from the field of family therapy. *Child Development* 1985; 56: 289-302.
 17. Gable S, Belsky J, Crnic K. (1992). Marriage, parenting and child development: Progress and prospects. *Journal of Family Psychology* 1992; 5: 276-94.
 18. McHale JP, Kuersten-Hogan R, Lauretti A, Rasmussen JL. Parental reports of coparenting and observed coparenting behavior during the toddler period. *Journal of Family Psychology* 2000;14: 220-36.
 19. Belsky J, Hsieh K. Patterns of marital change during the early childhood years: parent personality, coparenting and division of labor correlates. *Journal of Family Psychology*, 1998;12: 511-28.
 20. Vaughn AB. The dynamics of coparenting in family interactions. *Dissertation Abstracts International-Section B-The Sciences and Engineering* 2000; 60: 3599.
 21. Retting KD, Leichtentritt RD, Staton LM. Understanding noncustodial fathers's family and life satisfaction from resource theory perspective. *Journal of Family Issues* 1999;20: 507-38.
 22. Madden-Derdich DA, Leonard AS, Christopher FS. Boundary ambiguity and coparental conflict after divorce: An empirical test of a family systems model of the divorce precess. *Journal of Marriage and the Family* 1999;61: 588-98.
 23. McHale JP, Johnson D, Sinclair R Family dynamics, preschoolers' family representativeness and preschool peer relationships. *Early Education and Development* 1999;1:, 373-401.
 24. Van-Egeren LA. Prebirth predictors of coparenting experiences in early infancy. *Infant Mental Health Journal* 2000;24: 278-95.
 25. Kitzmann KM. Effects of marital conflict on subsequent triadic family interactions and parenting. *Developmental Psychology* 2000;36: 3-13.

Recebido em 26/07/2005
Modificado em 11/10/ 2005
Aprovado em 20/10/2005